

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Srs. Administradores, Conselheiros e Diretores da:
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
Brusque - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

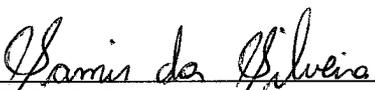


fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 21 de fevereiro de 2019.



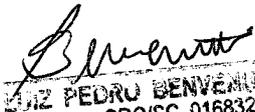
ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-SC N° 001.059/O-7
Samir da Silveira - Sócio Responsável
Contador CRC N° SC-024.199/O-1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	646.389	1.028.280
Contas a receber	5	2.095.623	1.721.867
Outros créditos	6	273.505	368.308
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3c e 7)	(582.768)	(330.548)
Estoques		21.068	19.861
Despesas antecipadas		124.988	149.320
Total do ativo circulante		2.578.805	2.957.088
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	8.1	327.970	286.308
Investimentos		2.348	2.348
Imobilizado	8.2 a)	51.740.005	51.892.467
Intangível	8.3 a)	1.077.666	434.067
Total do ativo não circulante		53.147.989	52.615.190
TOTAL DO ATIVO		55.726.794	55.572.278

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE

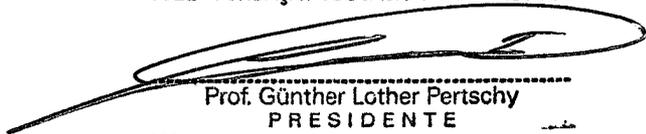

 Prof. Günther Lothar Pertschy
 PRESIDENTE

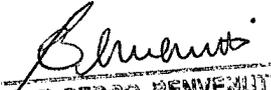

 LUIZ PEDRO BENVENUTO
 Contador - CRC/SC 016832/O-6
 CPF 520.972.429-87

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	3.412.341	3.080.310
Fornecedores		536.008	461.900
Salários e encargos sociais	10	2.200.820	2.108.132
Férias a pagar	11	1.334.114	1.750.531
Obrigações tributárias		39.630	14.096
Convênio público-receita diferida	15 a1)	101.471	101.471
Outras contas a pagar	12	1.009.367	474.264
Total do passivo circulante		8.633.751	7.990.704
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	6.734.566	7.400.183
Convênio público-receita diferida	15 a1)	498.508	599.978
Total do passivo não circulante		7.233.074	8.000.161
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		10.811.511	10.274.143
Ajuste de Avaliação Patrimonial	14.1	29.048.458	29.307.270
Total do patrimônio líquido		39.859.969	39.581.413
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.726.794	55.572.278

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE

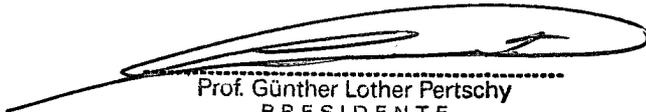

 Prof. Günther Lothar Pertschy
 PRESIDENTE

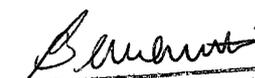

 LUIZ PEDRO BENVENUTO
 Contador - CRC/SC 016832/8-8
 CPF 520.972.429-87

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

<u>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</u>	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITA BRUTA			
Receita de ensino e extensão		28.882.976	32.524.507
Receita de prestação de serviços		245.775	209.549
Subvenções estaduais		163.221	139.187
Outras receitas		7.263.221	3.119.755
Total da receita bruta	15	36.555.193	35.992.998
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Bolsas de estudo concedidas		(376.725)	(358.644)
Repasse Convênios - Pós - Graduação		(33.867)	(24.222)
Repasses para o DCE		(61.785)	(74.634)
Comissão de Concessão de Garantia - FGEDUC		(146.984)	(208.766)
Cancelamentos		(116.819)	(197.638)
Encargos Financeiros FIES		(63.591)	(135.384)
Total das deduções da receita		(799.771)	(999.288)
RECEITA LÍQUIDA		35.755.422	34.993.710
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(19.773.932)	(20.402.715)
SUPERÁVIT BRUTO		15.981.490	14.590.995
DESPESAS			
Gerais e administrativas	17	(12.303.372)	(12.139.671)
		(12.303.372)	(12.139.671)
SUPERÁVIT ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		3.678.118	2.451.324
Receitas financeiras		365.759	670.739
Despesas financeiras		(3.765.321)	(1.903.576)
Resultado financeiro líquido	18	(3.399.562)	(1.232.837)
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		278.556	1.218.487

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE


 Prof. Günther Lothar Pertschy
 PRESIDENTE

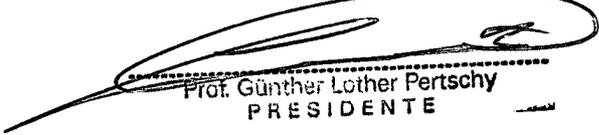

 LUIZ PEDRO BENVENUTI
 Contador - CRC/SC 016832/e-8
 CPF 529.372.429-87

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
Valores expressos em Reais

Valores expressos em Reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>278.556</u>	<u>1.218.487</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
SUPERÁVIT ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>278.556</u>	<u>1.218.487</u>

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE


Prof. Günther Lothar Pertschy
PRESIDENTE


LUIZ PEDRO BENVENUTI
Contador - CRC/SC 016832/8-8
CPF 520.972.429-87

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 Valores expressos em Reais

	Nota	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2016		8.796.843	-	29.566.083	38.362.926
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial do imobilizado	14.1		258.813	(258.813)	-
Superávit do exercício			1.218.487		1.218.487
Transferências patrimoniais		1.477.300	(1.477.300)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		10.274.143	-	29.307.270	39.581.413
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial do imobilizado	14.1		258.812	(258.812)	-
Superávit do exercício			278.556		278.556
Transferências patrimoniais		537.368	(537.368)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.811.511	-	29.048.458	39.859.969

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE



Prof. Günther Lothar Pertschy
 PRESIDENTE



LUIZ PEDRO BENVENUTI
 Contador - CRC/SC 016832/e-8
 CPF 520.972.429-37



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
 Valores expressos em Reais

Natureza das operações	Notas	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit líquido do exercício		278.556	1.218.487
+(-) Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	8.2 b) e 8.3 b)	1.467.608	1.453.238
Baixas de bens do ativo imobilizado	8.2 b)	1.776	54.395
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos	18)	2.152.629	1.702.129
Sub-total		3.900.569	4.428.249
(Aumento) ou diminuição de ativos operacionais			
Contas a receber		(373.756)	826.096
Outros créditos e despesas antecipadas		119.135	(32.802)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3 a)	252.220	66.802
Dépósitos judiciais - Realizável a longo prazo			
Outras Contas a Receber - Realizável a longo prazo		(41.662)	(203.889)
Estoques		(1.207)	(12.135)
Aumento ou (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		74.108	249.896
Salários e encargos sociais		92.688	(1.771.461)
Férias a pagar		(416.417)	(121.812)
Obrigações tributárias		25.534	6.400
Outras contas a pagar		535.103	(140.191)
Convênio público-receita diferida, líquida do reconhecimento no período	15 a)l	(101.470)	(101.471)
Caixa proveniente das operações		4.064.845	3.193.682
Juros pagos		(2.129.616)	(1.608.103)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.935.229	1.585.579
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	8.2	(1.263.462)	(737.790)
Aquisições de ativo intangível	8.3	(697.059)	(418.409)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(1.960.521)	(1.156.199)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos de instituições financeiras - novos empréstimos		3.019.000	2.500.000
Empréstimos de instituições financeiras - pagamento do principal		(3.375.599)	(2.643.465)
Caixa líquido (usado) das atividades de financiamentos		(356.599)	(143.465)
AUMENTO OU (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.028.280	742.365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	646.389	1.028.280

FEBE - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE


 Prof. Günther Lothar Pertschy
 PRESIDENTE


 LUIZ PEDRO BENVENUTTI
 Contador - CRC/SC 01683218-8
 CPF 033.672.420-37

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE

CNPJ: 83.128.769/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Educacional de Brusque é uma Entidade sem fins lucrativos, não se enquadrando em quaisquer das formas de tributação do lucro vigentes no país. A Entidade opera no ramo de educação superior e até a presente data não são conhecidos quaisquer eventos ou condições que possam comprometer a continuidade das suas operações. Sua finalidade é fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos em todos os ramos e níveis do saber, promovendo sua difusão através de cursos permanentes e ocasionais, objetivando a valorização e o bem-estar do homem.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS – PME's e às normas do CPC:

As demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis levando em consideração o IRFS que estão em conformidade com o CPC PME da Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1000 (R1), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade,

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas para fins comparativos e foram também auditadas.

b) Apresentação das contas

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo inferior a 365 dias estão classificados como circulantes. Os ativos e passivos indexados estão acrescidos dos encargos incorridos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, observando-se a periodicidade e taxas contratualmente previstas.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos e outras transações tais como determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e provisão para créditos de liquidação duvidosa necessária, entre outras. A liquidação das



transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às premissas utilizadas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Entidade observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

a) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e Equivalentes de Caixa (Caixa e bancos conta corrente) - Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor.
Aplicações financeiras - Estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, e referem-se à aplicações em renda fixa atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

✓ **Contas a receber de alunos** - Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com os estudantes de mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. O reconhecimento do ajuste para créditos duvidosos foi constituído no montante de R\$ 582.768 (2017 R\$ - 330.548) que é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e cheques devolvidos.

✓ **Imobilizado** – As contas de ativo imobilizado estão registradas ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos:

Os bens do imobilizado estão sujeitos à depreciação pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos mesmos e o seu valor residual, resultando nas seguintes taxas anuais: edifícios e construções – 2% (média aritmética ponderada), equipamentos de processamento de dados – 33%, veículos – 20%, equipamentos de geração de energia – 12,5% e demais contas – 10% a.a.

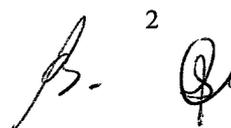
✓ **Intangível** – As contas do intangível estão representadas por marcas e patentes, *softwares*, acervo EaD e direito de matrícula, sendo avaliadas ao custo. Os *softwares* estão amortizados à taxa de 33% a.a. e o acervo EaD à taxa de 25% a.a. que levam em consideração a sua vida útil econômica.

✓ **Ajuste de avaliação patrimonial – custo atribuído “deemed cost”**: A Entidade reconheceu os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado de conformidade com a ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, conforme mencionado na nota explicativa 14.1 – Ajuste de Avaliação Patrimonial.

✓ **Demais ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados pelo valor líquido de realização.

b) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.



✓ **Empréstimos e financiamentos**

Estão demonstrados pelo valor principal mais os encargos contratuais pertinentes incorridos no período.

✓ **Encargos trabalhistas e provisões sobre a folha de pagamento**

Os encargos trabalhistas e as suas provisões de natureza trabalhista são contabilizados de acordo com sua competência.

- c) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- d) **Apuração do resultado** - As receitas, despesas, subvenções, bolsas de estudo e repasses foram contabilizados separadamente, de acordo com a sua natureza e assim apresentados na Demonstração do Superávit do Exercício.
- e) **Receitas de serviços** – A Entidade auferiu receita das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, outras prestações de serviço de ensino, além de outras taxas cobradas para emissão de documentos solicitados pelos seus alunos. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados.
- f) **Receitas e despesas financeiras** – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre as contas a receber por mensalidades renegociadas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e tarifas bancárias, reconhecidos quando incorridos.
- g) **Instrumentos financeiros não derivativos** – Os instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Estes instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.
- h) **Recuperabilidade dos ativos** – A Entidade não tem expectativa de perdas, pois os bens estão reconhecidos por valores inferiores ao valor em uso ou líquido de mercado.
- i) **Ajustes a valor presente de créditos e de obrigações** – Não há efeitos relevantes que justifique qualquer ajuste a valor presente de curto e longo prazo, dos créditos e das obrigações da Entidade.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão apresentados a seguir, com a posição de 31 de dezembro de

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	8.230	17.650
Bancos conta movimento	36.715	656.647
Aplicações financeiras	601.444	353.983
Total	<u>646.389</u>	<u>1.028.280</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Os valores em caixa e bancos abrangem numerários em espécie e disponível em contas bancárias e as aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em Instituições Financeiras renomadas.

5. CONTAS A RECEBER

As contas a receber compõem-se dos seguintes créditos, em 31 de dezembro de

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidades a receber	1.548.590	1.273.702
Mensalidades a receber – FUNDACRED	85.871	
Créditos educativos – FIES	406.761	441.064
Cheques pré-datados a receber		2.061
Cartão de crédito	54.401	5.040
Total	<u>2.095.623</u>	<u>1.721.867</u>

6. OUTROS CRÉDITOS

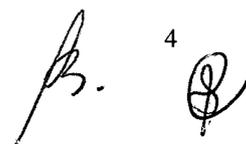
Estão apresentados a seguir, com a posição de 31 de dezembro de

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cheques devolvidos	4.375	1.875
Adiantamento de Férias	224.438	311.638
Outros	44.692	54.795
Total	<u>273.505</u>	<u>368.308</u>

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA

Estão apresentados a seguir, com a posição de 31 de dezembro de

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidades a receber	(578.393)	(328.673)
Cheques devolvidos	(4.375)	(1.875)
Total	<u>(582.768)</u>	<u>(330.548)</u>



4

A provisão para crédito de liquidação duvidosa de mensalidades a receber refere-se ao valor dos títulos vencidos no período de 01 de janeiro de 2017 até 30/06/2018. Os valores dos títulos vencidos até 31 de dezembro de 2016 foram baixados contabilmente, permanecendo em aberto no departamento financeiro para cobrança.

8. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

8.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Está apresentado a seguir, com a posição de 31 de dezembro de

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidades a receber - FUNDACRED	327.970	286.308
Total	<u>327.970</u>	<u>286.308</u>

As mensalidades a receber – FUNDACRED referem-se a valores a receber de alunos que firmaram convênio com a Fundação Aplub de Crédito Educativo – FUNDAPLUB. Este programa refere-se à concessão de crédito educativo para o custeio do curso de graduação.

A Entidade receberá essas mensalidades, dos alunos, ao término do curso, por este motivo, essas mensalidades estão reconhecidas no realizável a longo prazo.

8.2 IMOBILIZADO

a) Demonstrativo de custos de aquisição avaliados, depreciação acumulada e valor líquido:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Custo e avaliação</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	3.416.427		3.416.427	3.416.427
Terrenos - AAP	18.699.445		18.699.445	18.699.445
Acervo bibliográfico	3.072.596		3.072.596	2.744.918
Edifícios, benfeitorias e construções	16.868.801	(4.017.883)	12.850.918	13.309.082
Prédios - AAP	12.484.216	(2.135.203)	10.349.013	10.607.826
Veículos	264.920	(182.138)	82.782	135.766
Construções em andamento	285.619		285.619	34.825
Adiantamento a fornecedores	79.416		79.416	21.294
Móveis e utensílios	2.763.302	(1.818.624)	944.678	976.217
Máquinas e equipamentos	3.543.263	(3.091.339)	451.924	529.553
Equipamentos adquiridos com recurso público	1.014.707	(410.763)	603.944	705.414
Materiais educacionais	1.264.848	(517.783)	747.065	508.934
Equipamento de geração de energia	692.206	(553.774)	138.432	187.291
Imobilizado em andamento	17.746		17.746	15.475
Total	<u>64.467.512</u>	<u>(12.727.507)</u>	<u>51.740.005</u>	<u>51.892.467</u>

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Posição de 31 de dezembro de 2018:



B. 5


	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	3.416.427					3.416.427
Terrenos - AAP	18.699.445					18.699.445
Acervo bibliográfico	2.744.918	325.296			2.382	3.072.596
Edifício, benfeitorias e construções	13.309.082			(458.164)		12.850.918
Prédios - AAP	10.607.826			(258.813)		10.349.013
Veículos	135.766			(52.984)		82.782
Construções em andamento	34.825	250.794				285.619
Adiantamento a fornecedores	21.294	82.590			(24.468)	79.416
Móveis e utensílios	976.217	127.186	(1.620)	(157.105)		944.678
Máquinas e Equipamentos	529.553	114.429	(156)	(242.875)	50.973	451.924
Equipamentos adquiridos com recurso público	705.414			(101.470)		603.944
Materiais Educacionais	508.934	332.009		(93.878)		747.065
Equipamento de Geração de Energia	187.291			(48.859)		138.432
Imobilizado em andamento	15.475	31.158			(28.887)	17.746
Total	51.892.467	1.263.462	(1.776)	(1.414.148)	-	51.740.005

Posição de 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	3.356.427				60.000	3.416.427
Terrenos - AAP	18.699.445					18.699.445
Acervo bibliográfico	2.606.562	138.356				2.744.918
Edifício, benfeitorias e construções	13.767.246			(458.164)		13.309.082
Prédios - AAP	10.866.638			(258.812)		10.607.826
Veículos	129.583	50.000		(43.817)		135.766
Construções em andamento		34.825				34.825
Adiantamento a fornecedores	110.000	36.278	(54.395)		(70.589)	21.294
Móveis e utensílios	918.615	195.174	-	(137.572)		976.217
Máquinas e Equipamentos	586.464	208.238		(265.149)		529.553
Equipamentos adquiridos com recurso público	806.885			(101.471)		705.414
Materiais Educacionais	526.605	59.444		(87.704)	10.589	508.934
Equipamento de Geração de Energia	236.150			(48.859)		187.291
Imobilizado em andamento		15.475				15.475
Total	52.610.620	737.790	(54.395)	(1.401.548)		51.892.467

8.3 INTANGÍVEL

a) Demonstrativo de custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido:

	2018		2017	
	Custos	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	710.033	(701.903)	8.130	18.811
Marcas e patentes	36.906		36.906	25.706
Acervo EAD	157.590	(49.247)	108.343	147.741
Direitos de Matrículas - Alunos Colégio Amplo	924.287		924.287	
Adiantamento a Fornecedor				241.809
Total	1.828.816	(751.150)	1.077.666	434.067

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Posição em 31 de dezembro de 2018:

		Saldos em				Saldos em
	Notas	31/12/2017	Adições	Amortização	Transferências	31/12/2018
Softwares		18.811	3.381	(14.062)		8.130
Marcas e patentes		25.706	11.200			36.906
Acervo EAD		147.741		(39.398)		108.343
Adiantamento a Fornecedor	b.1	241.809	682.478		(924.287)	
Direitos de Matrículas - Alunos Colégio Amplo	b.1				924.287	924.287
Total		434.067	697.059	(53.460)		1.077.666

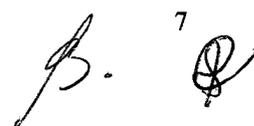
b.1) Em 2017 a Instituição assinou um termo de compromisso com a Sociedade Educacional Brusquense Ltda, mantenedora do Colégio Amplo. Este termo de compromisso tem como objetivo assegurar o direito de matrículas dos alunos atualmente matriculados no Ensino Médio do Colégio Amplo. A transferência de matrículas ocorrerá no momento em que o Colégio de Aplicação da UNIFEBE estiver regular para o seu funcionamento. Em 2017 foi adiantado o montante de R\$ 200.000 para a continuidade das negociações, em 2018 foram efetuados os pagamentos no montante de R\$ 600.000.

Em 30 de novembro de 2017 foi celebrado um contrato de comodato entre as partes (FEBE comodante e Colégio Amplo comodatário), a comodante cede em comodato ao comodatário cinco salas de aula, quadros escolares, carteiras e cadeiras escolares, podendo ainda compartilhar secretaria, tesouraria, auditório, salas de informática, infraestrutura laboratorial e biblioteca. O comodato tem vigência até dia 31 de dezembro de 2018. Para poder acomodar os alunos do Colégio Amplo foram realizadas adequações nas salas de aula e outros custos com implantação e instalações, cujo o montante em 2018 foi de R\$ 82.478 (2017- R\$ 41.809), o qual contempla o contrato de compra e venda dos direitos de matrículas do Colégio Amplo.

Em dezembro de 2018 foi realizada a transferência, para a rubrica de Direitos de Matrículas Colégio Amplo, do montante de R\$ 924.287, o qual vai ser amortizado para o resultado do exercício, conforme a conclusão do ensino médio desses alunos que faziam parte do direito de matrícula.

Posição em 31 de dezembro de 2017:

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2016	Adições	Amortização	31/12/2017
Softwares	48.992	11.660	(41.841)	18.811
Marcas e patentes	18.356	7.350		25.706
Acervo EAD		157.590	(9.849)	147.741
Adiantamento a Fornecedor (a)		241.809		241.809
Total	67.348	418.409	(51.690)	434.067



9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Vencimento final	Finalidade	% de encargos	2018		2017	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil	mai/20	Capital de Giro	2,2% a.m	263.873	41.667	102.484	141.667
Itaú	set/21	Capital de giro	1,5 % a.m até 1,97% a.m	772.388	903.380	369.213	
Santander	nov/20	Capital de giro e Imobilizado	3 % a.a+ TJLP, 6,04 % a.a + 100% DI/CETIP e 6,17 a.a % + 100% DI/CETIP + 16,63% a.a	1.798.994	864.713	1.921.312	2.026.235
BRDE	jul/26	Imobilizado	6,0% a.a + TJLP	314.839	2.002.115	315.995	2.290.635
BRDE	jul/23	Gerador	3 % a.a + TJLP	44.938	160.071	45.019	204.741
BRDE	jun/33	Imóvel e Capital de Giro	5,10% a.a + TJLP	217.309	2.762.620	326.287	2.736.905
Total				3.412.341	6.734.566	3.080.310	7.400.183

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de bens imóveis, recebíveis da Entidade e avais dos administradores.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Nota	2018	2017
Salários a pagar		1.191.646	1.165.750
FGTS a recolher		185.025	179.183
INSS a recolher		185.465	176.133
IRRF a recolher		392.621	397.066
Provisões para indenizações trabalhistas	13	246.063	190.000
Total		2.200.820	2.108.132

11. FÉRIAS A PAGAR

	2018	2017
Férias a pagar	1.185.917	1.556.029
FGTS s/ férias	94.831	124.481
INSS s/ férias	53.366	70.021
Total	1.334.114	1.750.531





12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

As outras contas a pagar são compostas conforme a seguir, em 31 de dezembro de:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos de contas a receber	490.610	201.237
Bolsas de estudo - art.170 e outras	304.164	61.779
Repasse para DCE	17.716	18.962
Unimed	75.075	72.086
Outras contas a pagar	121.802	120.200
Total	<u>1.009.367</u>	<u>474.264</u>

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como adiantamento de contas a receber, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com sua competência.

13. PROVISÕES

A Entidade no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas. Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pela administração da Entidade, amparada na opinião dos assessores jurídicos, foram constituídas provisões. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 246.063.

A Entidade figura como ré em processos movidos por ex-empregados, nos quais é solicitada a diferença referente à redução salarial e insalubridade com produtos de limpeza.

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Explicativa</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ações Trabalhistas	10	246.063	190.000

13.1 Em outubro de 2018 a Entidade rescindiu o contrato de locação de Bens Móveis – CFTV (circuito fechado de televisão), pelo qual foram instaladas câmeras de segurança em todo o espaço físico da Entidade. Conforme contrato assinado entre as partes na cláusula 7 do contrato, que descreve sobre a rescisão contratual, está prevista multa compensatória correspondente ao saldo de meses faltantes para o cumprimento da vigência mínima estipulada no contrato que era de 36 meses.

Ao solicitar a rescisão contratual ao locador, o mesmo informou que o valor da rescisão contratual era de R\$ 693.988 com desconto de 50 % ficando o montante de R\$ 346.994 a ser pago pela Entidade. Na opinião dos assessores jurídicos esse valor é impraticável e é remota a possibilidade de a Entidade desembolsar esse montante cobrado pelo locador. Não existe processo judicial aberto entre as partes, portanto não foi realizada provisão sobre eventual desembolso referente à rescisão contratual.



9



14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A Entidade determinou em 2010 o custo atribuído “*deemed cost*” dos seus bens do imobilizado com base na interpretação da ICPC 10, relativamente ao CPC 27 e Norma do Conselho Federal de Contabilidade NBC T 19.1, o qual está suportado por relatório de avaliação assinado por avaliadores, cujo objetivo foi o de reconhecer o valor justo dos bens, na premissa de sua realização e capacidade de produção, fundamentando-se ainda na avaliação e estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual.

Os avaliadores levaram em consideração como base de avaliação, os antecedentes internos da Entidade, tais como proteção dos ativos, benfeitorias, documentação e seus registros e os antecedentes externos, tais como: localização e ambiente econômico onde a Entidade opera. Para as edificações foram considerados também os níveis de acabamentos e planos de manutenção.

As taxas de depreciação de edificações, que eram de 4% ao ano, passaram a ser de 2,10% média aritmética ponderada ao ano após a determinação do custo atribuído “*deemed cost*”.

Os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial resultante da determinação do custo atribuído “*deemed cost*”, foram contabilizados nas contas de imobilizado e patrimônio líquido, à época, com os seguintes valores monetários:

<u>Natureza das contas</u>	<u>Ajustes – R\$</u>
<u>Imobilizado</u>	
Imóveis terrenos	19.319.848
Imóveis edificações	12.484.217
Total dos ajustes	31.804.065
<u>Patrimônio Líquido</u>	
Ajuste de avaliação patrimonial	31.804.065
Total	31.804.065

Os efeitos por realização do ajuste de avaliação patrimonial foram reclassificados para superávit acumulados, proporcionalmente à depreciação no montante de R\$ 258.812 (2017 – R\$ 258.813).



10
 

15. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matrículas e mensalidades	27.483.466	31.597.981
Mensalidades pós-graduação	1.399.510	926.526
Receita de taxas e certificados	78.920	87.674
Receita de convênios	8.312	
Receita de serviços prestados	158.543	121.875
Subvenções estaduais	163.221	139.187
Outras receitas	7.263.221	3.119.755
	<u>36.555.193</u>	<u>35.992.998</u>

- a) As receitas com subvenções estaduais totalizaram o montante R\$ 163.221. Desse montante, R\$ 101.471 são oriundas do convênio firmado com a FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina e R\$ 61.750 são oriundas do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

a1) Em 2016 foi recebido da FAPESC por meio de convênio atualizado com rendimento de aplicação financeira e crédito referente taxa de câmbio até 31/12/2015 o montante de R\$ 1.010.742 (2015 - R\$ 6.336 e 2014 - R\$ 1.120 de rendimento de aplicação financeira, e 2015 – R\$ 3.286 referente crédito de câmbio), sendo que durante o exercício de 2018 o montante de R\$ 101.471 (2017 – R\$ 101.471) foi reconhecido como receita em contrapartida da depreciação de equipamentos adquiridos com o referido recurso.

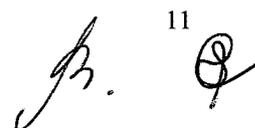
O restante, no valor de R\$ 599.979 (2016 - R\$ 701.449) (R\$ 101.471 classificados no passivo circulante e R\$ 498.508 no passivo não circulante) serão reconhecidos como receita em exercícios futuros. A finalidade desta subvenção é contribuir para o aprimoramento de processos e produtos das indústrias do Arranjo Produtivo Local (APL) do município de Brusque e circunvizinhos por meio da criação de um centro de tecnologia e inovação, conforme proposta de trabalho apresentada pela Entidade. A totalidade dos recursos recebidos por meio deste convênio destina-se à aquisição de equipamentos.

- b) Outras Receitas:

b1) Em 2016 a Entidade ajuizou uma ação contra a União – Fazenda Nacional com objetivo de obter a imunidade referente ao recolhimento da contribuição do Programa de Integração Social – PIS, solicitando a restituição dos últimos cinco anos. Em fevereiro de 2017 o resultado da ação foi favorável à Entidade. Sendo assim foi reconhecido em 2017 na rubrica de Outras Receitas o montante de R\$ 625.915 e na rubrica de Juros Recebidos o montante de R\$ 211.722, referente atualização de juros sobre o valor a recuperar do PIS, totalizando o montante de R\$ 837.637.



11



b2) A Entidade ajuizou uma ação contra a União – Fazenda Nacional com o objetivo de receber imunidade quanto ao Recolhimento das Contribuições Sociais – INSS, conforme trânsito em julgado em 08/06/2017, do processo 5003257-23.20164.04.7215 no TRF da 4ª. Região. O resultado da ação foi favorável à Entidade, sendo assim o montante de R\$ 2.009.521 referente ao INSS contabilizado na rubrica de INSS a pagar (competências de 08/2016 até 12/2016) foi revertido para o resultado no grupo de Outras Receitas no ano de 2017.

A restituição dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos tem prazo de pagamento até dezembro de 2019. O montante atualizado, desses valores, pela taxa Selic até 30/11/2018 era de R\$ 14.168.752, sendo autorizado pelo conselho curador da Entidade negociar 50% deste montante.

Em dezembro de 2018 a Entidade realizou um contrato de cessão de direitos creditórios com o objetivo de ceder e transferir aos cessionários, de forma irrevogável e irretroatável 50 % do precatório, cujo recebimento está previsto para dezembro de 2019. Em dezembro de 2018 foi depositado em conta corrente da Entidade, pelos cessionários, o montante de R\$ 5.809.188, sendo reconhecido o montante de R\$ 7.084.376 na rubrica de outras receitas, e o montante de (R\$ 1.275.188) na rubrica de outros juros. Foi realizado o pagamento de honorários advocatícios referentes a esse processo, no montante de (R\$ 697.103).

b3) Em novembro de 2017 a Entidade recebeu através de doação da Secretaria da Receita Federal do Brasil um Ônibus de Turismo ano 1996, cujo valor da doação é de R\$ 50.000 (reconhecido no grupo de outras receitas – doações), conforme Ato de Destinação de Mercadoria de número 0882 emitido pela Receita Federal do Brasil.

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e encargos sociais, indenizações trabalhistas e outros custos com pessoal	15.872.271	16.157.793
Energia elétrica, água, telefone e Internet	640.868	600.381
Aluguel	901.302	666.405
Material de consumo, expediente e impressos	443.505	729.874
Conservação e manutenção de prédios, móveis e utensílios e equipamentos	378.367	771.364
Depreciação/Amortização	1.414.624	1.409.421
Bolsa de estudo residência médica	99.913	
Outros custos	23.082	67.477
Total	<u>19.773.932</u>	<u>20.402.715</u>





17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e encargos sociais, indenizações trabalhistas e outras despesas com pessoal	7.074.403	7.074.283
Viagens, estadias e participação e organização de eventos	517.636	719.313
Serviços de terceiros pessoa jurídica	1.577.056	1.484.015
Honorários Advocatícios – Processos PIS e INSS/outros	701.303	531.789
Conservação e manutenção de veículos e <i>softwares</i>	546.025	352.788
Assinatura de jornais, revistas e <i>softwares</i>	383.346	268.835
Propaganda e publicidade	1.126.937	1.051.081
Outras despesas	299.117	350.577
Subtotal	<u>12.225.823</u>	<u>11.832.678</u>
Constituição da provisão para devedores duvidosos	1.682.592	1.969.039
(-) Reversão da provisão para devedores duvidosos	(1.510.794)	(1.548.132)
(-) Recuperação de títulos baixados	(94.249)	(113.917)
Total	<u>12.303.372</u>	<u>12.139.671</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

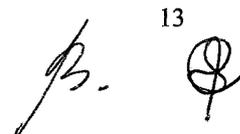
	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		4.063	31.942
Descontos obtidos		32.519	20.117
Juros recebidos	15 b 1)	329.177	618.680
		<u>365.759</u>	<u>670.739</u>
Despesas Financeiras			
Descontos concedidos		(162.096)	(80.279)
Juros sobre empréstimos, financiamentos		(2.152.629)	(1.702.129)
Tarifas bancárias e outros		(143.022)	(116.053)
Outros juros	15 b 2)	(1.307.574)	(5.115)
Total		<u>(3.765.321)</u>	<u>(1.903.576)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(3.399.562)</u>	<u>(1.232.837)</u>

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



13



20. AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de fevereiro de 2019.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2018 até a data de realização da auditoria (18 de fevereiro de 2019), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Brusque (SC), 18 de fevereiro de 2019.



GUNTHER LOTHER PERTSCHY
Presidente da FEBE



LUIZ PEDRO BENVENUTTI
Contador
CRC N.º SC-016.832/O-6